ATA DA 2ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA – CGGE e 2ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – RAE DE 2025 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDFT.

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, por videoconferência na plataforma Teams, iniciou-se a segunda reunião do Comitê de Governança e Gestão Estratégica – CGGE, instituído pela Portaria Conjunta 35, de 07 de março de 2019 e a segunda Reunião de Análise da Estratégia – RAE de 2025. **Como membros, designados pela Portaria GPR 1508, de 11 de julho de 2024, alterada pela Portaria GPR 1823, de 23 de outubro de 2024, estavam presentes:** Desembargador Alfeu Gonzaga Machado, Presidente Substituto do CGGE; Desembargador Robson Teixeira de Freitas, Presidente do Comitê de Governança e Gestão da Ética e da Integridade; Juiz de Direito Jayder Ramos de Araújo, Presidente do Comitê de Governança e Gestão de Pessoas; Juiz de Direito Eduardo Henrique Rosas, Presidente do Comitê de Governança e Gestão de Contratações; Juiz de Direito Francisco Antônio Alves de Oliveira, juiz auxiliar da Presidência; Juíza de Direito Marília Garcia Guedes, juíza auxiliar da Segunda Vice-Presidência; Juiz de Direito Arilson Ramos Araújo, indicado pela Presidência do TJDFT; Cid Moreira, Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros – SEOF; José Alancardete Coelho dos Santos, servidor indicado pela ASSEJUS; Fernanda Gonçalves Gesta Bezerra, Secretaria Substituta da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão Estratégica – SEPG; e Daniela Lucas Ribeiro de Avila, consultora do CGGE e Secretária de Auditoria Interna – SEAI. **Como organizadores, participaram os seguintes representantes da SEPG:** Alessandra Rocha de Castro, Supervisora do Núcleo de Apoio à Governança – NUGOV; e Robson Ribeiro Vicente Alves, do NUGOV. **Também estiveram presentes os seguintes convidados:** Thais Bruzzi de Faria Silveira, Secretária Substituta da Secretaria de Gestão de Pessoas – SEGP; Luiz Fernando Sirotheau Serique Junior, Secretário de Tecnologia da Informação – SETI; Henrique Carvalho Santos, Subsecretário de Sustentação e Operação de Tecnologia da Informação – SUSOT; Luis Otavio Schneider, Assessor do Gabinete do Desembargador Alfeu Gonzaga Machado; Ellen Mendes Redmond Fortes, Secretária Substituta da Ouvidoria-Geral – SEOVG; Ryan Martins Dias Rangel, Coordenador de Projetos e Gestão de Contratos de Obras – COOB; Isabella de Sousa Brito, Secretária de Contratações e Gestão de Materiais – SEMA; e Bruna Lopes Ferreira Mariano, do Gabinete dos Juízes Auxiliares da Presidência – GJP. **PAUTA:** 1. **Plano Estratégico 2021-2026:** Desempenho dos objetivos estratégicos. Análise do indicador que impactou o objetivo com desempenho regular. 2. **Metas Nacionais do Poder Judiciário 2026:** Processo de elaboração. Audiência Pública. O Presidente Substituto do Comitê, Desembargador Alfeu Gonzaga Machado, deu início à reunião, agradeceu aos participantes pela presença, e autorizou que a reunião fosse gravada a fim de facilitar a confecção da presente ata, com o consentimento dos presentes. Em seguida, passou a palavra à responsável pela condução dos trabalhos, a gestora do NUGOV, Alessandra Castro, que destacou que esta é a segunda reunião do Comitê e segunda Reunião de Análise Estratégica, neste ano, e que a pauta inclui dois itens principais. **Desempenho dos objetivos estratégicos**: A gestora do NUGOV informou que há quinze

objetivos estratégicos no Tribunal, porém, para o primeiro quadrimestre de 2025, não havia a apuração prevista para cinco deles. O objetivo, *Consolidar o sistema de precedentes obrigatórios*, não pode ser mensurado, justamente, porque não houve a publicação de acórdão de mérito e incidentes de resolução de demandas repetitivas no primeiro quadrimestre, o que resultou na falta de dados para a apuração do indicador e consequentemente do objetivo. Por outro lado, dos oito objetivos apurados, sete deles obtiveram desempenho satisfatório, isto é, média acima de 90% da meta estabelecida para o período, e apenas um objetivo teve o desempenho regular, pois foi impactado pelo resultado de um dos indicadores que o compõe. O Tribunal teve, também, outros indicadores que tiveram desempenho regular, dos quais três são finalísticos. As unidades, como a Corregedoria e a SEJU, se manifestaram a respeito do desempenho, informaram quais as medidas foram adotadas para o cumprimento futuro desses indicadores e apresentaram análises estatísticas nos respectivos PA's que tratam do assunto. A gestora do NUGOV informou, ainda, que durante as Reuniões de Análise da Estratégica, são analisados, mais a fundo, apenas os indicadores dos objetivos que alcançaram desempenho regular ou insatisfatório. Assim, em razão do desempenho regular do objetivo *Aperfeiçoar a gestão da infraestrutura patrimonial e da mobilidade*, ele será analisado. O desempenho do objetivo em análise é calculado com base em quatro indicadores, dos quais apenas um é apurado quadrimestralmente, os demais são de apuração anual, logo, serão apurados no final do ano. O referido indicador quadrimestral é formado por três subindicadores: (i) elaboração de projetos de obras e reformas no prazo adequado, (ii) execução de obras e reformas no prazo adequado, e (iii) custo total de termos e aditivos em contratos de obras e reformas. Este último subindicador é de apuração anual, portanto não foi apurado, restando, então, apenas os outros dois subindicadores para apuração quadrimestral. O indicador de e*xecução de obras e reformas* recebeu desempenho satisfatório, enquanto o de e*laboração de projetos de obras e reformas* recebeu desempenho insatisfatório, alcançando 50 % da meta prevista para o período. A gestora do NUGOV aduziu que, hoje, na COOB existem quatro projetos em elaboração, sendo que dois estão em atraso. Apresentadas essas considerações iniciais, a Supervisora do NUGOV passou a palavra ao Ryan, Coordenador da COOB. Preliminarmente, o Des. Alfeu Machado interveio esclarecendo que é Presidente da Câmara de Uniformização, e que acerca das considerações sobre o IRDR, marcará uma sessão administrativa presencial para a segunda quinzena de agosto, para tratar do tema. Esclareceu que na prática o IRDR tem peculiaridades a serem observadas, por ser bifásico, ou seja, primeiro vem a fase de admissibilidade, depois as intimações que podem envolver o *Amicus Curiae*. O Des. Alfeu Machado asseverou que são poucos os casos de leis locais em que há necessidade de uniformização, e citou o exemplo do caso "avanço escolar", no qual o STJ acertou o tema em recurso repetitivo. O Des. Alfeu Machado explicou que há um certo ceticismo em relação ao IRDR, por questões legislativas locais. Finalizou informando que, hoje, há apenas um IRDR em instrução na Câmara de Uniformização e que, em razão da reunião, consultará a Diretora da Câmara de Uniformização acerca da tramitação do IRDR. Com a palavra, o Coordenador da COOB explicou que o indicador citado, *elaboração de projetos de obras e reformas no prazo adequado*, mede a tramitação de todos os projetos que estão em andamento e previstos, quadrimestre a quadrimestre, dentro da COOB. Esclareceu que os dois projetos que estavam atrasados, atualmente, já saíram da COOB, haja vista o primeiro quadrimestre ter finalizado em abril. O primeiro projeto tratava de contratação de *software* de orçamento para obra, que estava "travado" em razão do atraso do fornecedor do *software*, pois, por se tratar da substituição do *software* "Volare" pelo *software* "OrçaFácil", o fornecedor habilitou a licença com acesso ao *software* para um período de testes pela COOB. Explicou ainda, que durante o período de teste ocorreram videoconferências, na qual tiveram a oportunidade de sanar as dúvidas e cumpriram a agenda do fornecedor, até fecharem a indicação de contratação. Quanto ao segundo item, *Licenças Adicionais para os Softwares de Projetos da AutoQI*, esclareceu, também, que os atrasos ocorreram porque a AutoQI mudou a metodologia de licença. Informou que anteriormente, a licença do *software* era vendida

separadamente da atualização anual, mas que agora não se adquire mais o *software*, mas sim uma licença de uso do *software*. Dessa forma, assim como é feito pela Microsoft, paga-se uma assinatura para poder utilizar *software* com a licença automática. Por isso, foi necessário voltar o processo de contratação, pois outros setores também demandaram novas licenças, tais como a SETI e a SEAP, e diante dos novos pedidos de licença, fecharam um só pedido. Citou que os outros dois projetos tratavam do tema contra incêndio, que já foi licitado, e assinado no começo dessa semana. Quanto ao contrato da obra que foi abandonada, em razão da rescisão de contrato com a empresa Fersan, para aquisição de todos os sistemas de incêndio dos blocos A, B e C da Sede, afirmou que o contrato já foi assinado e encaminhado para a COOB emitir a ordem de serviço, motivo pelo qual, também, não há mais atraso. De acordo com o Coordenador da COOB, há atualmente um outro projeto que não está atrasado, que trata da contratação do sistema de detecção de alarme *wireless*, para o Fórum Júlio Leal Fagundes e para os edifícios da antiga Vara da Infância e da Juventude – VIJ, na 909/910 Norte, cuja licitação já foi feita, aguardando a fase de assinatura de contrato, haja vista a necessidade de a empresa apresentar garantia antes da assinatura do contrato. O Coordenador da COOB encerrou sua fala e colocou-se à disposição para esclarecimentos. O Des. Alfeu Machado enfatizou que a nova Lei de Licitações está bem rigorosa quanto à apresentação de garantias, por parte das empresas, e que isso tem sido um ponto positivo para o Tribunal, pois as empresas esqueciam da garantia e do equilíbrio econômico-financeiro. O Des. Alfeu Machado citou o caso da empresa de transporte que ganhou a licitação, mas desistiu, levando o Tribunal a realizar uma contratação emergencial da empresa anterior que já estava com problemas. Com a palavra, o Coordenador da COOB explicou que apesar da Lei de Licitações ser rígida em relação aos descontos que a empresa pode oferecer, o TCU flexibilizou a lei nesse sentido, dizendo que as empresas podem oferecer uma garantia adicional, quando derem um desconto maior. Para ele, a questão da flexibilização do desconto tem tornado as contratações difíceis. Ato contínuo, o Des. Alfeu Machado alegou que a interpretação de matéria de direito público é restritiva e se dirigiu ao Juiz Eduardo Rosas dizendo que essa questão do TCU deveria ser levada à AGU, por entender ser prejudicial do Tribunal. Passada a palavra à Secretária Substituta da SEPG, Fernanda Bezerra, informou aos membros que o Plano de Obras do Tribunal foi revisto e validado pelas unidades técnicas e que o Presidente do Tribunal vai remetê-lo à sessão do Pleno. Quanto às metas nacionais, segundo item da pauta, a Supervisora do NUGOV informou que há algumas etapas previstas a serem cumpridas dentro do processo de elaboração da metas, que começou em abril de 2025 e vai até novembro ou dezembro deste ano, quando ocorrerá o XIX Encontro Nacional do Poder Judiciário, no qual os Presidentes dos Tribunais votarão e aprovarão as metas do próximo ano. A gestora do NUGOV informou que dentro dessa fase de construção de metas, há o processo participativo, que conta com a atuação de todos os tribunais, cujo objetivo é receber opiniões e considerações da sociedade civil, de magistrados e de servidores sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2026 e envolve três etapas, as quais: (a) Consulta Pública, pesquisa aberta desde o começo do mês de junho e até o dia 30 de junho, a fim de captar informações e cujo coordenador é o TJBA; (b) realização de reuniões com unidades administrativas e judiciais, bem reuniões com os Magistrados, sendo que estas últimas ocorrerão, no dia 30 de junho, às 10h e às 14h; e (c) Audiência Pública, que será realizada no dia 1º de julho, às 09h da manhã, com transmissão pelo canal do YouTube. A gestora do NUGOV pontuou que todos esses eventos são importantes para a manutenção do prêmio de qualidade CNJ, na categoria Diamante, para o ano de 2025. A palavra foi passada à Secretária Substituta da SEPG, Fernanda Bezerra, que ressaltou as informações prestadas, com destaque para a importância dos eventos e da participação dos magistrados, Des. Mário-Zam Belmiro Rosa, Dr. Eduardo Rosas, Dra. Marília Guedes e Dra. Monize Marques durante a Audiência Pública. Concluiu sua fala com um convite a todos os presentes para participarem dos eventos citados. Passada a palavra à Supervisora do NUGOV, ela informou que os assuntos referentes à pauta foram finalizados. Com a palavra o Des. Alfeu Machado observou a importância da Segunda

Vice-Presidência no cumprimento das metas que, por meio do Des. Angelo Passareli, inaugurou juntamente com a Defensoria Pública do Distrito Federal, um espaço de conciliação, diante da relevância da Meta 3. Citou o caso de um processo que tramitava há mais de três anos em seu Gabinete, no qual foi realizado um acordo, motivo pelo qual considera importante a Presidência do Tribunal estimular e criar a cultura de realização de conciliação, também, no Segundo Grau. Ressaltou, ainda, que há uma grande demanda de ações abusivas, aumento no número de agravos em mais de 30% nos últimos três meses e aumento das ações que envolvem Operadoras de Plano de Saúde que podem ser conciliadas. Com a palavra, o Dr. Eduardo Rosas, juiz auxiliar da Presidência e Presidente do Comitê de Governança e Gestão de Contratações, destacou que o Tribunal, por meio da Segunda Vice-Presidência, também atuou na mediação/conciliação de greves, levando ao resultado suas interrupções. Retornada a palavra ao Des. Alfeu Machado, este sugeriu que o serviço de mediação prestado pelo Tribunal nesses casos fosse divulgado e noticiado à imprensa, a fim de enaltecer o trabalho realizado. Com a palavra, a Dra. Marília Guedes, juíza auxiliar da Segunda Vice-Presidência, esclareceu que os processos de pré-mediação e sensibilização dos atores envolvidos, no caso da greve, não são divulgados, em razão à cláusula de confidencialidade que rege a mediação/conciliação e do dever de sigilo do mediador. Dessa forma, a Segunda Vice-Presidência não pode divulgar os casos em que atua, apesar das divulgações feitas pelas entidades sindicais e pelo governo. Quanto à mediação no Segundo Grau, a Dra. Marília informou que estão terminando o processo de reestruturação da Segunda Vice-Presidência, cujo procedimento já está na Presidência e na SEPG, o qual criará o CEJUSC de nome “CEJUSC Demandas Estruturadas e Segundo Grau”, que ficará vinculado diretamente ao Gabinete da Segunda Vice-Presidência. Ato contínuo, a Dra. Marília explicou que a estrutura contará, inicialmente, com três servidores, uma FC-5, uma FC-1 e um servidor excedente, e que poderá contar ainda com alguns residentes jurídicos que serão treinados e capacitados para serem mediadores nos Gabinetes dos Desembargadores. Afirmou que tão logo tenha resposta da nova estrutura, a divulgação será feita. Retornada a palavra ao Des. Alfeu Machado, ele citou o fato de ter sido Relator de processos de greve de várias categorias profissionais, e que fica satisfeito com a possibilidade da Segunda Vice-Presidência poder fazer mediações, como instrumento jurídico, mais uma ferramenta para resolver litígios. Ressaltou ainda, a importância da mediação e conciliação para ajudar a solucionar o grande volume de processos. Após, o Des. Alfeu Machado perguntou à gestora do NUGOV se havia mais algum assunto a ser tratado, que prontamente respondeu que não havia, bem como informou que os links para acesso à consulta pública, reuniões com magistrados e audiência pública foram postados no chat da reunião. Finalizados os trabalhos e nada mais havendo a registrar, o Presidente Substituto do Comitê, Desembargador Alfeu Gonzaga Machado, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos, da qual eu, Robson Ribeiro Vicente Alves, lavro a presente ata, que, por ser expressão da verdade, segue assinada pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Alfeu Gonzaga Machado, Presidente Substituto do comitê, pelos membros do CGGE presentes e demais participantes da segunda Reunião do Comitê de Governança e Gestão Estratégica do TJDFT e segunda Reunião de Análise da Estratégia – RAE de 2025.

Membros CGGE
Desembargador Alfeu Gonzaga Machado
Desembargador Robson Teixeira de Freitas
Juiz de Direito Jayder Ramos de Araújo
Juiz de Direito Eduardo Henrique Rosas
Juiz de Direito Francisco Antônio Alves de Oliveira
Juíza de Direito Marília Garcia Guedes
Juiz de Direito Arilson Ramos Araújo
Cid Moreira
José Alancardete Coelho dos Santos,
Fernanda Gonçalves Gesta Bezerra,
Daniela Lucas Ribeiro de Avila

Organizadores
Alessandra Rocha de Castro
Robson Ribeiro Vicente Alves

Convidados
Thais Bruzzi de Faria Silveira
Luiz Fernando Sirotheau Serique Junior
Henrique Carvalho Santos
Luis Otavio Schneider
Ellen Mendes Redmond Fortes
Ryan Martins Dias Rangel
Isabella de Sousa Brito
Bruna Lopes Ferreira Mariano

Documento assinado eletronicamente por **Robson Ribeiro Vicente Alves**, **Técnico Judiciário**, em 10/07/2025, às 17:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Thais Bruzzi De Faria Silveira**, **Secretário(a) Substituto(a)**, em 11/07/2025, às 15:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Antonio Alves de Oliveira**, **Juiz(a) Auxiliar da Presidência**, em 11/07/2025, às 15:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Henrique Rosas**, **Juiz(a) Auxiliar da Presidência**, em 11/07/2025, às 15:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Luis Otavio Schneider**, **Assessor(a) de Desembargador(a)**, em 11/07/2025, às 17:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Ryan Martins Dias Rangel**, **Coordenador(a)**, em 11/07/2025, às 18:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Cid Moreira**, **Secretário(a)**, em 15/07/2025, às 13:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marília Garcia Guedes**, **Juiz(a) Auxiliar da Segunda Vice-Presidência**, em 15/07/2025, às 17:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Ellen Mendes Redmond Fortes**, **Secretário(a) Substituto(a)**, em 15/07/2025, às 17:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Gonçalves Gesta Bezerra**, **Secretário(a) Substituto(a) de Planejamento, Governança e Gestão Estratégica**, em 22/07/2025, às 17:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Rocha de Castro**, **Técnico Judiciário**, em 22/07/2025, às 18:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Arilson Ramos de Araujo**, **Juiz(a) de Direito**, em 28/08/2025, às 17:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Bruna Lopes Ferreira Mariano**, **Técnico Judiciário**, em 10/09/2025, às 18:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Alfeu Gonzaga Machado**, **Desembargador(a)**, em 19/09/2025, às 18:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4519595** e o código CRC **F4137037**.